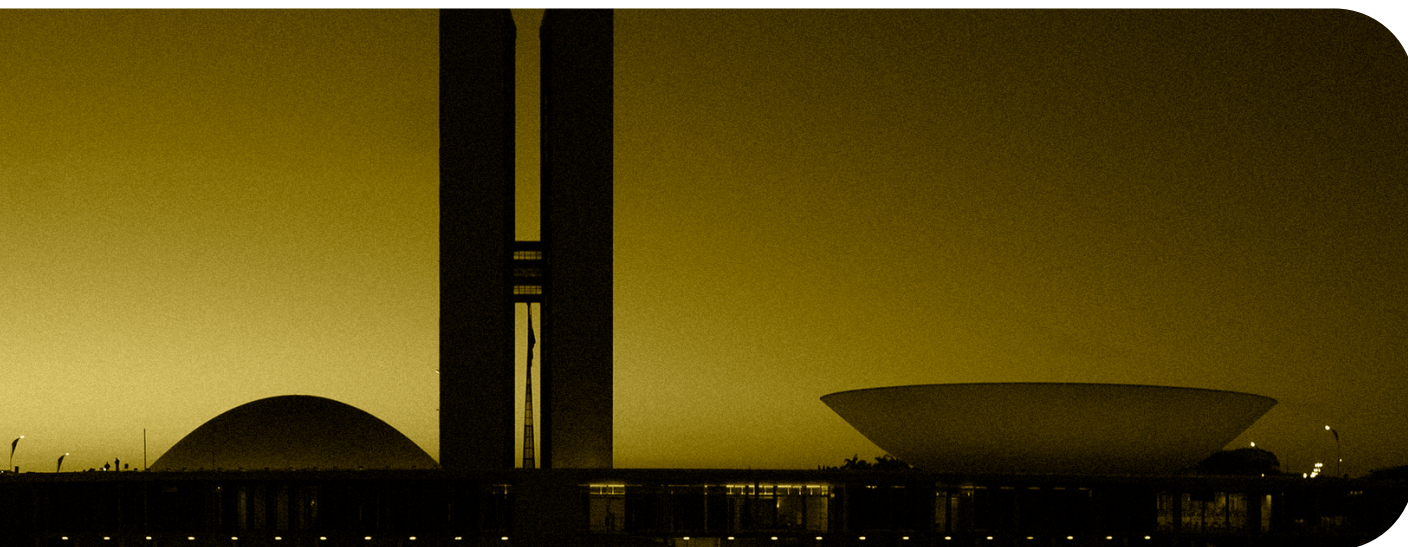


Agenda Semanal

13 a 17 de julho



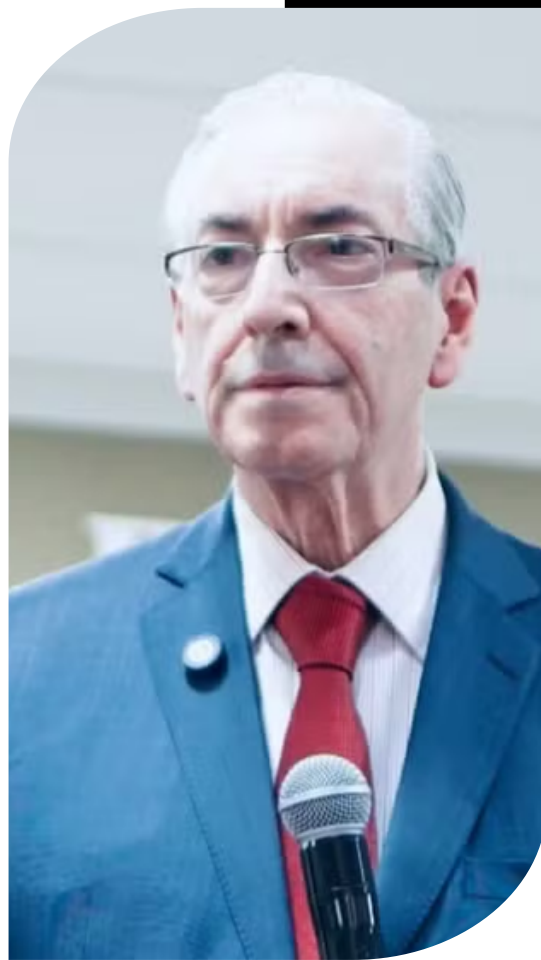
Destques
da
Semana:

O Impasse da Pauta Econômica e
Social

Tarifaço

Cenário Político

O cenário político em Brasília atinge a última semana antes do recesso parlamentar engolfado por uma severa crise institucional que opõe o comando da Câmara dos Deputados ao Supremo Tribunal Federal (STF). O estopim foi a decisão do ministro Flávio Dino, que ordenou o bloqueio cautelar de R\$ 6,1 milhões das contas do ex-deputado Eduardo Cunha e de R\$ 119 milhões de Valdemar Costa Neto, sob a acusação de desvio e controle ilegal de emendas orçamentárias mesmo sem o exercício de mandatos ativos. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), reagiu de forma agressiva à ofensiva jurídica, classificando as ordens de Dino como uma "indevida intervenção judicial" e uma tentativa de "criminalizar a atividade política". O choque elevou ao limite o grau de insatisfação do Legislativo, na esteira de suspeitas levantadas pela Polícia Federal de que servidores internos da Casa operavam os repasses com o suposto aval da cúpula do Parlamento.



O Impasse da Pauta Econômica e Social

O clima de confronto institucional e a ausência de consensos partidários paralisaram de forma definitiva as principais pautas que Hugo Motta pretendia converter em vitórias políticas antes do recesso de 18 de julho. A votação do projeto que reajusta o teto de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) para R\$ 130 mil foi oficialmente postergada para agosto devido ao impasse sobre o Simples Nacional. A equipe econômica do governo mantém forte resistência contra as pressões dos deputados para estender as correções fiscais a todas as faixas do regime de pequenas empresas, temendo uma renúncia anual de R\$ 50 bilhões. Seguem igualmente travados na Casa o PL da Misoginia — pela resistência da bancada de direita em torno do termo "ofensa" e dos riscos à liberdade de expressão — e o projeto que autoriza o uso do Fundo Social do Pré-Sal na renegociação das dívidas rurais de produtores afetados por crises climáticas.

Tarifaço

No plano internacional e econômico, o Palácio do Planalto entra no período decisivo que antecede o prazo legal de 15 de julho, data final para que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) anuncie sua decisão sobre a imposição de uma sobretaxa de 25% contra os produtos brasileiros. O presidente Lula reuniu seus principais ministros e determinou que a diplomacia mantenha negociações estritamente técnicas, mas proibiu concessões em eixos soberanos caros ao governo norte-americano, selando o etanol e o Pix como moedas de troca inegociáveis. Embora a Fazenda e o MDIC tenham oferecido a redução tributária recíproca para 300 linhas de importação de maquinários e TI, os sinais públicos emitidos pelo chefe do USTR, Jamieson Greer, apontam que uma ampla distância comercial ainda separa as nações, tornando o tarifaço o desfecho mais provável para o dia 15.



Com Recesso Próximo, Congresso Trava Pautas do Governo

O Congresso Nacional caminha para o recesso parlamentar, previsto para ocorrer entre os dias 18 e 31 de julho, com uma extensa fila de temas de alto impacto travados e sem desfecho, o que deve empurrar as decisões definitivas para o segundo semestre. O cenário de paralisação é especialmente crítico no Senado Federal, onde o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, avisou ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Otto Alencar, que nenhuma matéria importante será apreciada na última semana de trabalhos antes da pausa. Com a decisão de manter as sessões em formato semipresencial e diante da falta de um acordo político ou de uma reunião direta com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para destravar a pauta, a articulação governista se viu forçada a apostar em uma última ofensiva liderada pela líder do governo no Senado, Teresa Leitão, embora o próprio Palácio do Planalto já reconheça os limites dessa articulação a poucos dias do recesso.

Essa resistência da cúpula do Senado afeta diretamente a principal prioridade legislativa e trabalhista da gestão federal, que é a proposta de emenda à Constituição que extingue a escala de trabalho 6x1. Embora o texto tenha sido aprovado na Câmara dos Deputados há quase dois meses e voltado ao radar por meio de debates recentes, a matéria segue sem relator definido na Casa revisora, gerando forte frustração entre os petistas. Diante do travamento no Congresso, o governo federal já traça uma mudança de estratégia comunicacional e eleitoral, planejando utilizar o fim da jornada 6x1, juntamente com o projeto de lei dos minerais críticos e a PEC da Segurança Pública, como grandes bandeiras de mobilização popular e promessas de campanha para a disputa presidencial, transformando as matérias não votadas em plataformas de defesa da soberania nacional, do combate ao crime organizado e dos direitos trabalhistas.

Apesar do esvaziamento generalizado das votações, que também retém na Câmara propostas de aceno econômico como o projeto de lei complementar enviado pelo Executivo para elevar gradualmente o teto de faturamento do Microempreendedor Individual e permitir a contratação de até dois funcionários, apenas uma matéria de grande relevância conseguiu apresentar andamento concreto no Senado. Trata-se da proposta que cria a aposentadoria especial e critérios diferenciados de transição para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, estendendo o benefício aos profissionais indígenas do setor. Por se encontrar em estágio avançado no plenário, cumprindo o cronograma de sessões de debate em dois turnos propostos por Alcolumbre, a medida corre com chances reais de ser votada antes do recesso, mesmo sob forte resistência da equipe econômica da Fazenda devido ao seu potencial impacto orçamentário anual bilionário.



Wagner Ferreira -
Analista de Relações
Governamentais

Perspectiva Semanal

A semana no Congresso Nacional será marcada pela iminência do recesso parlamentar e pelo esvaziamento das grandes votações estruturantes, deslocando o eixo do poder para a gestão de crises institucionais e para o cumprimento de prazos regulatórios internacionais. Com os acordos sobre o teto do MEI, o PL da Misoginia e as dívidas rurais definitivamente postergados para agosto devido a impasses fiscais e ideológicos, o ambiente em Brasília funcionará sob o impacto direto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal envolvendo o bloqueio de verbas orçamentárias, o que deve ditar o tom defensivo e de forte reação corporativa por parte da cúpula da Câmara dos Deputados.

O principal foco de atenção econômica e diplomática estará voltado para Washington, onde se encerra o prazo legal de 15 de julho para a decisão norte-americana sobre a aplicação do tarifaço de 25% contra as exportações brasileiras. O Palácio do Planalto aguarda uma última reunião técnica com o USTR para receber o veredito da investigação da Seção 301, mantendo uma postura rígida de não ceder em eixos soberanos, como o Pix, mesmo diante do cenário majoritário que projeta a confirmação das taxas ou um eventual adiamento por conveniência política estrangeira.

No plano deliberativo interno, a Câmara dos Deputados funcionará sob regime semipresencial extraordinário nesta terça-feira para analisar uma pauta remanescente de 19 itens de menor impacto macroeconômico, priorizando medidas provisórias de crédito, a PEC dos Municípios e projetos de apelo popular, como a regulação de biometria facial e punições para o abandono de animais. Encerrando os trabalhos formais do semestre, o front técnico será movimentado na quarta-feira pelo comparecimento do ministro Mauro Vieira à Comissão de Relações Exteriores, servindo de termômetro para a volatilidade da relação bilateral com os Estados Unidos diante das discussões sobre segurança e criminalidade.

Avaliação Semanal do Governo



Economia

O Boletim Focus indicou nova queda na previsão do IPCA para este ano, que recuou para 5,16%. Apesar do alívio de 0,14 ponto percentual, o índice segue acima do teto da meta. Para o próximo ano, a expectativa inflacionária subiu para 4,2%, enquanto a projeção do PIB de 2027 caiu para 1,65%. O mercado manteve o dólar em R\$ 5,20 e a Selic em 14%, consolidando a aposta de corte de juros na reunião do Copom em agosto.



Social

Estudo da Receita Federal aponta que a Previdência deixa de arrecadar 56% do seu potencial, com os benefícios fiscais (28%) superando a sonegação (22%) como principal ralo de recursos. O relatório alerta que regimes especiais, como o MEI e o Simples Nacional, vêm sendo utilizados para a pejetização de faixas de maior renda, transferindo o peso do custeio para o emprego formal e aprofundando o déficit estrutural do sistema.



Política

O Legislativo inicia o recesso travando pautas prioritárias do Planalto, como a PEC da Segurança e a regulação da IA, transferindo as discussões para um segundo semestre esvaziado pelo calendário das campanhas eleitorais. No front externo, o governo Lula centraliza atenções na quarta-feira, prazo final para a decisão do governo Trump sobre a imposição de novas tarifas comerciais a produtos brasileiros.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, divulgado em 10 de julho de 2026, trouxe um importante alívio para as projeções de curto prazo, registrando uma queda expressiva na estimativa de inflação (IPCA) para este ano, que recuou para 5,16% após semanas de alta. As projeções para a taxa Selic e para a cotação do câmbio em 2026 mantiveram-se estáveis na comparação semanal. Contudo, o cenário de médio prazo continua a registrar pressões inflacionárias persistentes: a estimativa do IPCA para 2027 subiu pela oitava semana consecutiva, alcançando o patamar de 4,20%, movimento acompanhado por uma nova revisão para cima nas expectativas do dólar para o próximo ano. As projeções de crescimento do PIB para ambos os anos apresentaram estabilidade estatística.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- Inflação (IPCA): 5,16% ▼
- Crescimento (PIB): 1,99% =
- Juros (Selic): 14,00% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,20 =

Indicadores Econômicos 2027

- Inflação (IPCA): 4,20% ▲
- Crescimento (PIB): 1,69% =
- Juros (Selic): 12,00% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,28 ▲

Notícias



União e PP se reúnem nesta semana, em meio a incertezas que rondam a candidatura de Flávio Bolsonaro

A poucos dias da definição das candidaturas, o arco de partidos aliados de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), formado por caciques do centrão, deve se reunir nesta semana para uma espécie de terapia de grupo, em função das incertezas que rondam a candidatura do filho de Jair Bolsonaro (PL). Notícias enviadas aos aliados, de que Flávio poderia ser alvo de nova onda de revelações constrangedoras nesta pré-campanha dominam o debate nos bastidores da federação União-PP, alimentando rumores de que algumas siglas podem desistir de apoiar o nome do senador.



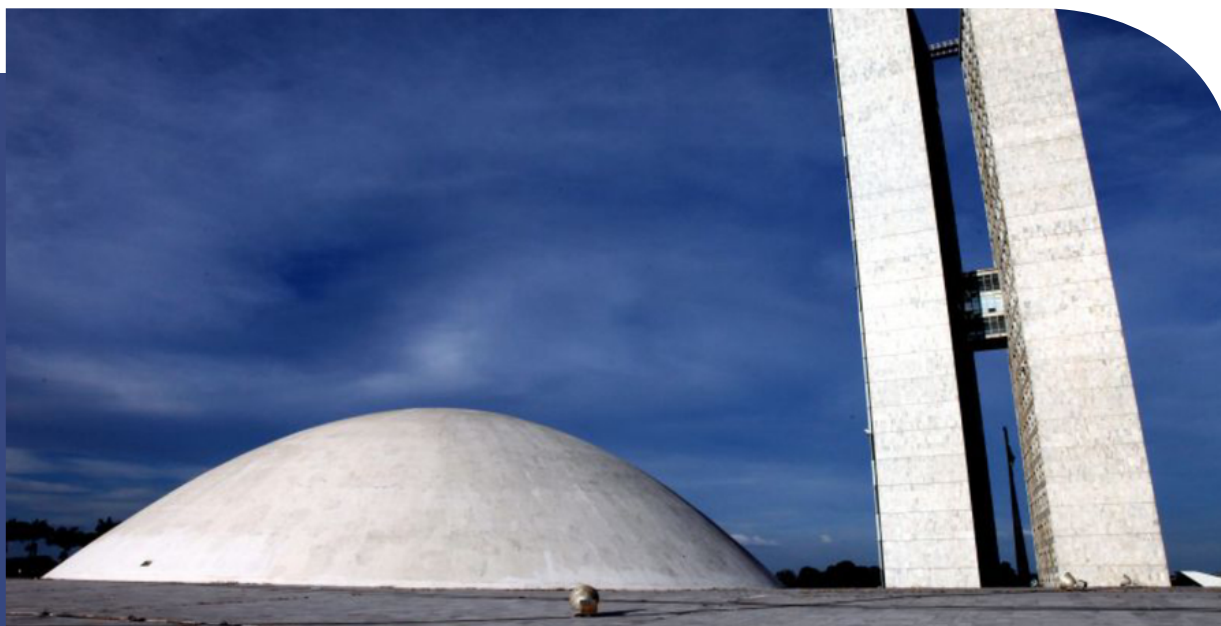
Câmara destinou R\$ 1,3 bi em emendas sem identificar quem indicou recursos

Estudo da organização Transparência Brasil aponta que a Câmara pagou R\$ 1,3 bilhão em emendas em 2025 sem identificar o deputado responsável pelo repasse dos recursos. De acordo com a instituição, o montante foi distribuído como "emenda de liderança", o que impossibilita identificar o padrinho da emenda.

FOLHA DE S.PAULO

Motta diz que decisão de Dino contra Valdemar é 'indevida intervenção judicial' no Parlamento

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), chamou a decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino contra o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de "indevida intervenção judicial". Em nota à imprensa neste sábado (11), Motta defendeu o político e os servidores da Casa após o bloqueio de R\$ 119 milhões em emendas por suspeita de desvio. "A decisão em questão não identifica desvio, abuso ou aplicação irregular de verbas públicas. Limita-se a inferir e a tentar criminalizar a atividade política. Torna-se inaceitável, tendo em vista que a alocação das emendas está em plena conformidade com a moldura normativa vigente e com os compromissos institucionais firmados entre o Executivo e o Legislativo perante a própria Corte Constitucional", afirma a presidência da Casa.



Senado Federal

Comissão de Segurança Pública (CSP)



11h



14/07



Plenário nº 9

PL 1103/2023 - Cria o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública.

PL 1103/2023 - Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) - Cria, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública.

Relator: Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Parecer: Contrário ao projeto.

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)



10h



14/07



Plenário nº 19



PL 458/2024 – Prioridade na Restituição do Imposto de Renda para Profissionais de Segurança Pública

PL 458/2024 - Autor: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT) - Concede prioridade aos profissionais de segurança pública para recebimento da restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Relator: Senador Hamilton Mourão (REPUBLIC-RS)

Parecer: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CSP, na forma da subemenda nº 1, que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-T.



Câmara dos Deputados

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO).



14h



14/07



Plenário nº 06

PL 4480/2025 – Alterações no Programa Habite Seguro

PL 4480/2025 - Altera a Lei nº 14.312, de 2022, para dispor sobre critérios de concessão de subvenções econômicas e estabelecer nova hipótese de acesso a operações de crédito imobiliário no âmbito do Programa Habite Seguro.

Relator: Sargento Portugal (PODE-RJ)

Parecer: Pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 5814/2025 – Isenção de Imposto de Renda para Profissionais da Segurança Pública

PL 5814/2025 - Autor: Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) - Isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e da apresentação da Declaração de Ajuste Anual os agentes da Segurança Pública de que trata o art. 144 da Constituição Federal, os demais integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), os policiais legislativos, os agentes socioeducativos, em atividade, os inativos e os pensionistas.

Relator: André Fernandes (PL-CE)

Parecer: Pela aprovação deste e da emenda 1/2026



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
